

**Direito Constitucional**

1. Prevê expressamente a Constituição Federal que compete aos Tribunais Regionais Federais
- (A) julgar, em recurso ordinário, causas em que forem partes Estados estrangeiros, de um lado, e de outro Município ou pessoa residente ou domiciliada no país.
  - (B) processar e julgar os juízes federais da área de sua jurisdição nos crimes comuns e de responsabilidade, excluídos os da Justiça Militar e os da Justiça do Trabalho.
  - (C) julgar os *habeas corpus* quando a autoridade coatora for juiz federal ou órgão fracionário do próprio Tribunal.
  - (D) processar e julgar conflitos de competência entre juízes estaduais e juízes federais vinculados ao próprio Tribunal.
  - (E) julgar, em grau de recurso, causas decididas pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.
2. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina constitucional do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado:
- I. Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto na Constituição e na legislação pertinente, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, a política remuneratória e o plano de carreira.
  - II. É função institucional do Ministério Público promover a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social e do meio ambiente, não sendo sua legitimação, no entanto, impeditiva da de terceiros, para a promoção da ação civil pública, segundo o disposto na Constituição e na lei.
  - III. É vedado aos membros do Ministério Público exercer atividade político-partidária, salvo exceções previstas na lei.
  - IV. Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições de Constituição Federal relativas a direitos e vedações atinentes a membros do Ministério Público, mas não as relativas à forma de investidura no cargo.
- Estão corretas SOMENTE as afirmações feitas em
- (A) I e II.
  - (B) I e IV.
  - (C) II e III.
  - (D) II e IV.
  - (E) III e IV.
3. Decreto do Presidente da República que dispusesse sobre a extinção de funções e cargos públicos vagos em órgãos da Administração direta federal seria
- (A) inconstitucional, por se tratar de matéria reservada à lei, em decorrência do princípio da legalidade estrita.
  - (B) compatível com a Constituição, que autoriza expressamente a edição de decretos presidenciais com tal finalidade.
  - (C) inconstitucional, uma vez que o poder regulamentar do Presidente da República restringe-se à edição de decretos para a fiel execução da lei.
  - (D) inconstitucional, por não se tratar de matéria atinente à organização e ao funcionamento da Administração federal, esta sim passível de veiculação por decreto.
  - (E) compatível com a Constituição, desde que houvesse delegação legislativa prévia, sob a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificasse os termos de seu exercício.
4. Ao dispor sobre atividades econômicas que constituem monopólio da União, a Constituição Federal
- (A) estabelece que a União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização de quaisquer das atividades previstas como de monopólio estatal, observadas as condições estabelecidas em lei.
  - (B) atribui à lei competência para dispor sobre a garantia de fornecimento de materiais radioativos e derivados do petróleo em todo o território nacional.
  - (C) vincula ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do álcool combustível a destinação dos recursos arrecadados com a contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação e comercialização desses produtos.
  - (D) autoriza que a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas sejam exploradas sob regime de permissão.
  - (E) prevê que a alíquota da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados sujeita-se ao princípio da anterioridade.
5. A criação e a fusão de Municípios, nos termos da Constituição Federal,
- (A) dependem de aprovação da população diretamente interessada, mediante plebiscito ou referendo.
  - (B) sujeitam-se à aprovação prévia do Congresso Nacional, por lei complementar.
  - (C) devem ser precedidas da divulgação de Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
  - (D) são feitas por lei complementar estadual, dentro do período determinado por lei ordinária federal.
  - (E) somente são admitidas quando prevista expressamente a possibilidade na Constituição do Estado em cujo território estejam localizados.
6. É reflexo do princípio da diversidade da base de financiamento da seguridade social a previsão constitucional segundo a qual
- (A) a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais previstas ou instituídas nos termos da Constituição.
  - (B) a administração do sistema de seguridade social terá caráter democrático e descentralizado, mediante gestão tripartite, com participação de trabalhadores, empregadores e Governo.
  - (C) a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, educação, previdência e assistência social.
  - (D) as receitas de Estados, Distrito Federal e Municípios destinadas à seguridade social integrarão o orçamento da União, para fins de garantir a equidade na forma da participação no seu custeio.
  - (E) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei complementar, não poderá contratar com o Poder Público, mas poderá receber incentivos fiscais ou creditícios.



7. A evolução do tratamento dispensado às ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro resultou na consagração da ideia segundo a qual
- (A) o Supremo Tribunal Federal possui competência para o julgamento de ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- (B) tanto a constitucionalidade quanto a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo impugnado poderão ser proclamadas em ambas as ações.
- (C) a declaração de inconstitucionalidade possui eficácia *erga omnes* e produz efeitos *ex nunc*, salvo decisão em sentido contrário do Supremo Tribunal Federal.
- (D) é inadmissível a concessão de medida cautelar em tais ações.
- (E) será dada ciência da declaração de inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, ao Poder competente para adoção das providências necessárias, no prazo de 30 dias.
8. Dispõe o artigo 14, § 9º, da Constituição Federal: “Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.”
- Quanto à capacidade de produção de efeitos, a norma constitucional em questão
- (A) é autoexecutável.
- (B) possui aplicabilidade imediata e eficácia plena.
- (C) tem natureza de norma constitucional programática não vinculante.
- (D) é de eficácia limitada e, portanto, aplicabilidade mediata.
- (E) possui aplicabilidade imediata, mas eficácia contida.
9. No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.127-8, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a expressão “ou desacato”, contida no § 2º do artigo 7º da Lei nº 8.906, de 1994, a seguir transcrita na íntegra: “O advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou desacato puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer.” Nesse caso, o Supremo Tribunal Federal
- (A) valeu-se da técnica hermenêutica da interpretação conforme à Constituição.
- (B) agiu em desconformidade com a Constituição Federal, já que não se admite veto parcial incidente sobre palavras ou expressões de texto de artigo, parágrafo, inciso ou alínea de texto normativo.
- (C) extrapolou os limites inerentes à sua função jurisdicional, ao revogar parcialmente texto de lei aprovada e promulgada pelos Poderes para tanto competentes.
- (D) retirou a eficácia da integralidade do dispositivo transcrito, por força do fenômeno da inconstitucionalidade por arrastão.
- (E) procedeu à declaração parcial de inconstitucionalidade do texto normativo submetido à sua apreciação.
10. Lei estadual que versasse sobre questões específicas de direito agrário seria
- (A) inconstitucional, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa da União, sendo, portanto, vedado aos Estados legislar sobre a matéria, em qualquer circunstância.
- (B) constitucional, por se tratar de matéria de competência legislativa concorrente, cabendo à União apenas a edição de normas gerais sobre a matéria.
- (C) constitucional, desde que houvesse lei complementar que autorizasse os Estados a legislar sobre questões específicas da matéria.
- (D) constitucional, desde que exista lei complementar fixando normas para a cooperação entre União e Estados, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e bem-estar em âmbito nacional.
- (E) constitucional, enquanto não houvesse lei federal dispondo sobre a matéria, devendo a lei estadual ter sua eficácia suspensa na hipótese de superveniência da lei federal.
11. É desdobramento do princípio constitucional da igualdade, sob o aspecto material, a previsão contida na Constituição Federal segundo a qual
- (A) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) se assegura proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- (C) a prática do racismo e da tortura constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis, sujeitos à pena de reclusão, nos termos da lei.
- (D) as empresas públicas e sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- (E) se admite tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte que tenham sua sede e administração no país, sendo ou não constituídas sob as leis brasileiras.
12. Decorre da caracterização e dos limites impostos pela Constituição Federal ao Poder de Reforma Constitucional:
- (A) A reforma constitucional manifesta-se por meio do Poder Constituinte Derivado Decorrente, o qual é caracterizado como derivado, limitado e condicionado.
- (B) Não poderão ser promulgadas emendas constitucionais na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, salvo em caso de guerra declarada.
- (C) O procedimento estabelecido para o exercício regular do Poder de Reforma não se aplicou às seis emendas constitucionais de revisão, promulgadas em 1994, as quais foram aprovadas pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional em sessão unicameral.
- (D) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, mediante pedido da maioria absoluta dos membros de uma das Casas do Congresso Nacional.
- (E) São limites materiais do Poder de Reforma, expressos na Constituição Federal a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, o respeito às Forças Armadas, a separação dos Poderes e os direitos e garantias fundamentais.



13. Ao disciplinar os remédios constitucionais como instrumentos assecuratórios da proteção de direitos fundamentais, estabelece a Constituição Federal que
- (A) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical e cidadãos com interesse jurídico na defesa da causa.
  - (B) o mandado de segurança pode ser utilizado quando a falta de norma regulamentadora inviabilize o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
  - (C) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
  - (D) o *habeas data* é o remédio constitucional adequado para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
  - (E) a ação popular e o *habeas corpus* podem ser ajuizados por qualquer indivíduo, em defesa dos direitos fundamentais que esses instrumentos se destinam a tutelar, ficando o autor isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
14. Relativamente ao processo legislativo para a aprovação de leis complementares, prevê a Constituição Federal que
- (A) a propositura de projeto de lei complementar exige a iniciativa de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
  - (B) o *quorum* para a aprovação de projeto de lei complementar é o de maioria qualificada de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.
  - (C) as leis complementares serão promulgadas pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
  - (D) o projeto de lei complementar aprovado por uma Casa legislativa será revisto pela outra, em dois turnos de discussão e votação.
  - (E) a apreciação de veto a projeto de lei complementar ocorre em escrutínio secreto e sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional.
15. Em relação à construção histórica e à aplicabilidade dos direitos sociais como direitos fundamentais, pode-se afirmar:
- (A) O direito à moradia, fruto de ampla discussão sobre a função social da propriedade, não constava no texto original da Constituição brasileira de 1988, ao qual foi acrescido por meio de emenda constitucional.
  - (B) Os direitos sociais, por consubstanciarem promessas políticas que dependem de recursos financeiros do Estado, possuem a natureza de normas programáticas e, portanto, sua aplicabilidade e eficácia não podem ser exigidas por meio de ação judicial.
  - (C) As principais fontes históricas que embasaram o reconhecimento dos direitos sociais como direitos fundamentais de natureza constitucional foram a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e a Constituição de Weimar, de 1919.
  - (D) Os direitos sociais, considerados direitos fundamentais de segunda geração, exigem uma postura de não intervenção do Estado para que, por meio do respeito à liberdade individual, a sociedade civil seja a principal responsável por sua efetivação.
  - (E) Os direitos trabalhistas expressamente previstos na atual Constituição Federal abarcam apenas os trabalhadores urbanos, já que sua extensão aos trabalhadores rurais depende de lei específica.
16. Depreende-se das regras constitucionais relativas à organização, ao funcionamento e às atribuições do Poder Legislativo:
- (A) O Congresso Nacional é o órgão responsável pela criação do Direito e, como consequência, possui, dentre suas prerrogativas, a titularidade do Poder Constituinte Originário.
  - (B) As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias.
  - (C) Cada legislatura do Congresso Nacional tem a duração de quatro anos, sendo que a representação de cada Estado e do Distrito Federal, no Senado Federal, é renovada de quatro em quatro anos, alternadamente por um e dois terços, por meio do sistema proporcional de eleições.
  - (D) O número de Deputados nas Assembleias Legislativas Estaduais corresponderá à metade da representação do respectivo Estado na Câmara dos Deputados Federais.
  - (E) O Congresso Nacional tem competência privativa para dispor sobre matérias de competência da União, tais como direito financeiro e tributário, independentemente de sanção do Presidente da República.
17. É da competência exclusiva do Congresso Nacional
- (A) sustar os atos normativos do Poder Executivo e do Poder Judiciário que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
  - (B) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
  - (C) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
  - (D) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
  - (E) dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.
18. Dos limites estabelecidos pela Constituição Federal à edição de medidas provisórias pelo Chefe do Poder Executivo extrai-se que
- (A) é vedada a edição de medida provisória sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.
  - (B) dispositivo de Constituição Estadual que preveja a possibilidade de Governador editar medida provisória desrespeita preceitos da Constituição Federal.
  - (C) os pressupostos constitucionais de urgência e relevância da medida provisória, cuja escolha integra competência vinculada do Chefe do Poder Executivo, devem ser examinados pelo Poder Judiciário em sede de controle preventivo de constitucionalidade.
  - (D) caberá à comissão mista de Deputados Federais e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas em sessão conjunta do Congresso Nacional.
  - (E) aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta terá seus efeitos suspensos até que seja sancionado ou vetado o projeto.



<p>19. Sobre o processo e julgamento de crimes de responsabilidade cometidos pelo Presidente da República, estabelece a Constituição Federal que</p> <p>(A) o Presidente da República, por possuir foro privilegiado, é julgado perante o Supremo Tribunal Federal caso seja denunciado por crime de responsabilidade.</p> <p>(B) o Presidente do Supremo Tribunal Federal, ao presidir a sessão de julgamento de <i>impeachment</i>, pode aplicar pena restritiva de liberdade cumulada com a sanção de perda do cargo e inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.</p> <p>(C) é condição processual para o julgamento de <i>impeachment</i> a formação de prova advinda de investigação realizada por comissão parlamentar de inquérito.</p> <p>(D) a instauração de processo contra o Presidente da República depende da autorização do Congresso Nacional pelo voto da maioria absoluta de seus membros.</p> <p>(E) é crime de responsabilidade, dentre outros, o ato do Presidente da República que atente contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, cabendo à lei especial sua definição.</p>	<p>22. De acordo com o disposto na Lei federal nº 8.666/93, é inexigível a licitação para</p> <p>(A) aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, durante o tempo necessário à realização da licitação.</p> <p>(B) casos em que comprovada a inidoneidade dos interessados que se apresentaram à licitação anterior.</p> <p>(C) celebração de contratos de prestação de serviços técnicos especializados, de natureza singular, executados por profissionais de notória especialização.</p> <p>(D) aquisição de imóvel indispensável ao atendimento de determinada finalidade precípua da Administração Pública.</p> <p>(E) celebração de contratos de prestação de serviços com organizações sociais para atividades contempladas em contrato de gestão.</p>
<p>20. As comissões parlamentares de inquérito no Brasil</p> <p>(A) possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, bem como a prerrogativa para promover a responsabilidade civil e criminal de seus investigados.</p> <p>(B) podem ser instauradas pelos Ministros do Tribunal de Contas da União para a apuração de irregularidades na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta.</p> <p>(C) possuem competências fixadas taxativamente no texto constitucional, sendo vedado à lei ou aos regimentos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal garantir-lhes a possibilidade do exercício de outros poderes.</p> <p>(D) ouvem testemunhas e indiciados, inclusive com poderes para decretar prisão em flagrante, porém não podem determinar a aplicação de medidas cautelares, como, por exemplo, a solicitação de indisponibilidade de bens, o arresto e o sequestro.</p> <p>(E) são mantidas de forma permanente pelo Congresso Nacional para a apuração de crimes de responsabilidade, com poderes para decretar a perda dos direitos políticos e a inabilitação para o exercício de função pública.</p>	<p>23. NÃO se aplica à modalidade licitatória denominada pregão:</p> <p>(A) finalidade de aquisição de bens ou contratação de serviços de qualquer natureza.</p> <p>(B) classificação das propostas anterior à fase de habilitação.</p> <p>(C) possibilidade de oferecimento de lances verbais e sucessivos pelos licitantes.</p> <p>(D) ausência de limite legal para o uso da modalidade, relacionado ao valor estimado da contratação.</p> <p>(E) admissão das formas presencial e eletrônica.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Administrativo</b></p> <p>21. A Administração Pública de determinado município, em regular processo administrativo, apurou a responsabilidade de servidor público celetista por prejuízos por ele causados ao erário público em razão de conduta culposa. Para ressarcimento desses prejuízos, a municipalidade pretende realizar, nos próximos meses, desconto nos vencimentos do servidor, para pagamento parcelado do valor total do dano. Sob o ponto de vista jurídico-administrativo, esta conduta pretendida pela Administração Pública municipal é</p> <p>(A) inadmissível, dado o caráter alimentar dos estipêndios de servidores públicos.</p> <p>(B) inadmissível, pois não se enquadra em nenhuma das exceções expressas à regra constitucional da irredutibilidade dos vencimentos.</p> <p>(C) inadmissível, pois necessário o devido processo judicial para o desconto em folha de pagamento.</p> <p>(D) admissível se, na ausência de lei dispondo a respeito, o servidor concordar com os descontos.</p> <p>(E) admissível desde que posteriormente confirmada por sentença judicial.</p>	<p>24. De acordo com a Lei Geral de Licitações (Lei federal nº 8.666/93), nos contratos administrativos</p> <p>(A) não se admite sua rescisão por acordo entre as partes, dada a prevalência do princípio da indisponibilidade do interesse público.</p> <p>(B) sua formalização deve ser feita por instrumento escrito, exceto nos contratos de pequenas compras para pronto pagamento, em que se admite contrato verbal.</p> <p>(C) exclui-se a responsabilidade do contratado por danos decorrentes da execução contratual se esta estiver sob fiscalização e acompanhamento pelo poder público.</p> <p>(D) não se admite que sua execução seja garantida por fiança bancária.</p> <p>(E) suas cláusulas devem preservar-se inalteradas durante a sua execução, em nome da garantia ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato.</p> <p>25. Constituem entidades com personalidade jurídica própria, sujeitas ao controle externo do Tribunal de Contas, criadas por lei e imunes a impostos instituídos sobre patrimônio, renda ou serviços vinculados às suas finalidades essenciais</p> <p>(A) as sociedades de economia mista.</p> <p>(B) as organizações da sociedade civil de interesse público.</p> <p>(C) as organizações sociais.</p> <p>(D) os Ministérios.</p> <p>(E) as autarquias.</p>



26. Dos elementos do ato administrativo classicamente apontados por parte considerável da doutrina administrativista, a finalidade, o objeto e o motivo assumem sentidos diferentes, podendo-se afirmar que
- (A) o motivo consiste no efeito jurídico imediato que o ato administrativo produz e a finalidade consiste no efeito mediato.
  - (B) o objeto consiste no efeito jurídico imediato que o ato administrativo produz e o motivo consiste no efeito mediato.
  - (C) o motivo antecede a prática do ato administrativo, enquanto que a finalidade a sucede, correspondendo a algo cujo alcance é pretendido pela Administração.
  - (D) o objeto consiste no efeito jurídico mediato que o ato administrativo produz e deve ser lícito, possível e determinado.
  - (E) a validade do ato administrativo não se vincula aos motivos eventualmente indicados pela Administração como seu fundamento quando a lei não exigir tal motivação.
27. No que se refere à responsabilidade civil da Administração no Direito brasileiro,
- (A) a teoria da irresponsabilidade foi acolhida no Brasil até a entrada em vigor do Código Civil de 1916.
  - (B) para que seja configurada a responsabilidade objetiva do Estado, o dano necessita ser causado por agente público atuando nessa qualidade.
  - (C) a partir da Constituição de 1988 passou-se a adotar a regra da culpa civil do Estado.
  - (D) em sendo a entidade da Administração pessoa jurídica de direito privado, a responsabilidade desta será subjetiva.
  - (E) a aplicação da regra da responsabilidade objetiva independe da atividade da Administração referir-se a prestação de serviço público.
28. Os convênios administrativos constituem modalidade de acordo que possui, como uma de suas características essenciais,
- (A) a criação de nova pessoa jurídica para execução do objeto conveniado, que poderá ser de direito público ou privado.
  - (B) a figuração exclusiva de entidades públicas como partícipes, dispensando-se licitação prévia para sua celebração.
  - (C) quanto à sua formalização, a consubstanciação dos termos do convênio por meio de protocolo de intenções.
  - (D) a inadmissibilidade de cláusula de permanência obrigatória.
  - (E) a ratificação e divulgação dos termos do convênio por meio de lei.
29. Na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, em Capítulo próprio denominado "Das Penas", estão previstas sanções especialmente para a prática de atos de improbidade administrativa, as quais
- (A) têm natureza penal, conforme expressamente disposto na referida lei.
  - (B) compreendem, dentre outras modalidades, a suspensão da função pública e a perda dos direitos políticos.
  - (C) não se aplicam a casos de vulneração a princípios da Administração Pública.
  - (D) não se aplicam aos casos em que aprovadas as contas pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
  - (E) aplicam-se independentemente da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
30. Com base na doutrina e na legislação vigente, acerca dos bens públicos,
- (A) bens dominicais e de uso comum do povo não podem ser alienados.
  - (B) é vedada a autorização a particular para uso privativo de bens de uso comum do povo.
  - (C) quando a licitação não for dispensada, a modalidade própria para alienação de bens imóveis é a concorrência.
  - (D) quando a licitação não for dispensada, a modalidade própria para alienação de bens móveis é o pregão.
  - (E) a concessão de uso de bem público a particular deve ser precedida de licitação na modalidade tomada de preços.
31. Com base no Direito positivo brasileiro e na doutrina administrativista dominante, NÃO constitui forma de aquisição de bens pela Administração Pública
- (A) tombamento.
  - (B) desapropriação.
  - (C) requisição de coisas móveis consumíveis.
  - (D) usucapião.
  - (E) herança.
32. Consoante as disposições contidas no Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado do Piauí, é INCORRETO afirmar:
- (A) A autoridade julgadora do processo disciplinar deve proferir motivadamente sua decisão no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de recebimento do processo, mas o julgamento fora desse prazo não implica a nulidade do processo.
  - (B) Uma vez proferida decisão em regular processo disciplinar, não caberá mais revisão da matéria no âmbito administrativo, restando ao servidor público, neste caso, a utilização das vias judiciais para nova apreciação da matéria.
  - (C) O processo administrativo disciplinar poderá ser revisto a qualquer tempo, desde que presentes fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.
  - (D) Admite-se o afastamento preventivo do servidor do exercício do cargo, a fim de que ele não influa na apuração da irregularidade, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo.
  - (E) O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.
33. Em processo judicial ajuizado para apuração da responsabilidade penal de servidor público, a sentença que decidir pela absolvição deste na esfera criminal repercutirá na esfera administrativa se apresentar como fundamento a
- (A) ausência de prova de que o réu tenha concorrido para a infração penal.
  - (B) ausência de prova da existência do fato.
  - (C) comprovação da inexistência do fato.
  - (D) não constituição do fato como uma infração penal.
  - (E) inexistência de prova suficiente para a condenação penal.



<p>34. No Direito Administrativo brasileiro, o poder disciplinar</p> <p>(A) pode ser exercido pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica e pelas agências reguladoras, nas atividades normativas de regulação de atividades econômicas.</p> <p>(B) fundamenta a conduta de agente público de impor restrições e limitações ao exercício das atividades particulares com vistas a obstar eventuais prejuízos a interesses sociais.</p> <p>(C) é atribuição exclusiva do chefe do Poder Executivo da União.</p> <p>(D) é exercido de forma complementar à lei, para a sua fiel execução, podendo produzir normas que inovem na ordem jurídica.</p> <p>(E) fundamenta as condutas de superior hierárquico de apuração de infrações de servidores públicos e aplicação das sanções administrativas cabíveis.</p>	<p>38. Com base nas contribuições doutrinárias em matéria de serviços públicos, classifica-se o serviço de saúde, quanto ao objeto, como serviço público</p> <p>(A) próprio.</p> <p>(B) não exclusivo.</p> <p>(C) <i>uti singuli</i>.</p> <p>(D) administrativo.</p> <p>(E) social.</p>
<p>35. Consideradas as tendências atuais do Direito Administrativo brasileiro, é possível vislumbrar, no âmbito do processo administrativo, a incidência do princípio da</p> <p>(A) economia processual, que, em conjunto com o princípio da inafastabilidade da apreciação jurisdicional, fundamenta a dispensa da fase de defesa na esfera administrativa.</p> <p>(B) autotutela, segundo o qual os atos da Administração Pública estão sujeitos ao controle interno, sendo vedado o controle jurisdicional.</p> <p>(C) coisa julgada material, segundo o qual o ato resultante de processo administrativo regular não poderá ser revogado pela Administração Pública.</p> <p>(D) participação popular, que funciona como mecanismo de controle da Administração Pública, como no caso dos direitos constitucionais de petição e de informação.</p> <p>(E) inércia, segundo o qual a iniciativa da instauração e do desenvolvimento do processo administrativo compete aos particulares interessados, não à Administração Pública.</p>	<p>39. Quanto às classificações dos atos administrativos encontradas na doutrina, a distinção feita entre atos de império e atos de gestão adota o critério</p> <p>(A) dos efeitos.</p> <p>(B) dos destinatários.</p> <p>(C) da liberdade de ação.</p> <p>(D) das prerrogativas.</p> <p>(E) da retratabilidade.</p> <p>40. A convalidação</p> <p>(A) produz efeitos retroativos à data em que foi praticado o ato administrativo.</p> <p>(B) consiste na validação concomitante de no mínimo dois atos administrativos relacionados entre si quanto ao objeto.</p> <p>(C) consiste na reposição ao mundo jurídico de um ato administrativo anteriormente declarado inoportuno e inconveniente.</p> <p>(D) não é possível em casos de vício de competência.</p> <p>(E) depende da apreciação jurisdicional para ser aplicada aos atos administrativos.</p> <p style="text-align: center;"><b>Direito Financeiro</b></p> <p>41. NÃO é princípio orçamentário o princípio da</p> <p>(A) universalidade.</p> <p>(B) unidade.</p> <p>(C) programação.</p> <p>(D) anualidade.</p> <p>(E) anterioridade.</p>
<p>36. Com fundamento na jurisprudência e na doutrina administrativista, pode-se afirmar que em matéria de licitação NÃO se aplica o princípio</p> <p>(A) da ampla defesa.</p> <p>(B) do julgamento subjetivo.</p> <p>(C) da publicidade.</p> <p>(D) da vinculação ao instrumento convocatório.</p> <p>(E) do sigilo das propostas.</p>	<p>42. A Constituição Federal proíbe</p> <p>(A) a abertura de crédito extraordinário sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.</p> <p>(B) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.</p> <p>(C) a instituição de fundos de qualquer natureza, sem autorização do Tribunal de Contas da União.</p> <p>(D) a concessão ou utilização de créditos limitados.</p> <p>(E) o início de programas ou projetos incluídos na lei orçamentária anual.</p>
<p>37. Na concessão comum de serviços públicos,</p> <p>(A) a responsabilidade civil por danos causados aos usuários dos serviços será objetiva, mesmo sendo a concessionária pessoa jurídica de direito privado.</p> <p>(B) as desapropriações eventualmente necessárias à prestação do serviço público pela concessionária deverão ser promovidas pelo poder concedente.</p> <p>(C) se aplica amplamente a regra da <i>exceptio non adimleti contractus</i> (exceção do contrato não cumprido), em favor da concessionária.</p> <p>(D) não é aplicável o instituto da reversão de bens, com fundamento no princípio da continuidade do serviço público.</p> <p>(E) a encampação é definida legalmente como o modo de extinção da concessão em razão da inexecução do contrato por parte da concessionária.</p>	<p>43. NÃO é vedada edição de medida provisória sobre a seguinte matéria:</p> <p>(A) Planos plurianuais.</p> <p>(B) Diretrizes orçamentárias.</p> <p>(C) Créditos extraordinários.</p> <p>(D) Créditos adicionais.</p> <p>(E) Créditos suplementares.</p>



44. Dispõe a Constituição Federal que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Para cumprimento dos referidos limites, as referidas entidades estatais adotarão, no prazo fixado na lei complementar, as providências abaixo, EXCETO a
- (A) redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargo em comissão.
- (B) redução em pelo menos vinte por cento das despesas com funções de confiança.
- (C) exoneração dos servidores não estáveis.
- (D) perda do cargo, nas condições previstas na Constituição, mesmo se o servidor que o perder for estável.
- (E) proibição de criar, pelo prazo de dois anos, cargo com atribuições iguais ou semelhantes às do cargo extinto por causa da referida redução de despesas com pessoal.
- 
45. Ao dispor sobre as operações de crédito, a Lei de Responsabilidade Fiscal veda a
- (A) emissão de títulos da dívida pública pelo Banco Central do Brasil, a partir de noventa dias após a publicação da Lei Complementar nº 101 de 2000.
- (B) realização de operação de crédito diretamente entre um ente da Federação e outro, podendo tal operação de crédito ser realizada por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal.
- (C) operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.
- (D) aquisição, no mercado, de títulos da dívida pública para atender investimento de seus clientes, por instituição financeira controlada pelo Estado.
- (E) compra de títulos da dívida pública da União como aplicação de suas disponibilidades, pelos Estados e Municípios.
- 
46. Analise os seguintes itens:
- I. São créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- II. Os créditos suplementares são os destinados a despesas as quais não haja destinação orçamentária específica.
- III. Os créditos especiais são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.
- 
47. Levando-se em consideração a classificação doutrinária das receitas públicas, pode-se afirmar que são receitas derivadas
- (A) as contribuições sociais e as tarifas.
- (B) as tarifas e os preços públicos.
- (C) os tributos em geral e os preços públicos.
- (D) os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria.
- (E) as contribuições de melhoria, as contribuições sociais, as tarifas e os preços públicos.
- 
48. A Lei nº 4.320/64 classifica as despesas em
- (A) Despesas Correntes, que compreendem as despesas de custeio e transferências correntes, e Despesas de Capital, que compreendem os investimentos, as inversões financeiras e transferências de capital.
- (B) Despesas Correntes, que compreendem as transferências correntes e de capital, e Despesas de Capital, que compreendem os investimentos, as inversões financeiras e despesas de custeio.
- (C) Despesas Correntes, que compreendem os investimentos, as inversões financeiras e transferências de capital, e Despesas de Capital, que compreendem despesas de custeio e transferências correntes.
- (D) Despesas Correntes, que compreendem as despesas de custeio, as transferências correntes e transferências de capital, e Despesas de Capital, que compreendem os investimentos e as inversões financeiras.
- (E) Despesas Correntes, que compreendem as despesas de capital e transferências correntes, e Despesas de Custeio, que compreendem os investimentos, as inversões financeiras e transferências de capital.
- 
- Direito Previdenciário**
49. É princípio básico da seguridade social:
- (A) uniformidade do valor dos benefícios previdenciários.
- (B) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação de aposentados, pensionistas, empregadores e Governo nos órgãos colegiados.
- (C) manutenção do valor dos benefícios pelo número de salários mínimos que tinham na data de sua concessão.
- (D) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (E) uniformidade no modo de participação no custeio.
- 
50. Segundo a Constituição, a proteção previdenciária constitui direito social, disso decorrendo que todos os
- (A) cidadãos brasileiros devem estar vinculados ao regime geral de previdência social.
- (B) trabalhadores brasileiros devem estar vinculados ao regime geral de previdência social ou a regime próprio de previdência social.
- (C) cidadãos brasileiros devem estar vinculados ou ao regime geral de previdência social ou a regime próprio de previdência social.
- (D) trabalhadores brasileiros devem estar vinculados ao regime geral de previdência social.
- (E) trabalhadores brasileiros devem estar vinculados ou ao regime geral de previdência social ou a regime de previdência privada.
- 
51. O financiamento da seguridade social deve ser feito por
- (A) toda a sociedade, diretamente, mediante pagamento de tributos específicos, ou indiretamente, mediante recursos provenientes dos orçamentos de cada uma das pessoas políticas.
- (B) empregadores, trabalhadores, aposentados e, exclusivamente enquanto equiparados a empregadores, pelas pessoas políticas.
- (C) toda a sociedade, diretamente, mediante pagamento de impostos, taxas ou contribuições, ou indiretamente, mediante recursos provenientes dos orçamentos de cada uma das pessoas políticas.
- (D) toda a sociedade, diretamente, mediante pagamento de tributos específicos, ou indiretamente, mediante recursos provenientes do orçamento da União, que integrará as receitas de Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (E) trabalhadores, aposentados, empregadores e pessoas a tanto equiparadas, bem como pelos efetivos usuários do sistema único de saúde.



<p>52. O período de carência</p> <p>(A) não é exigido para a concessão de aposentadorias por tempo de contribuição e invalidez dos segurados do regime geral de previdência social.</p> <p>(B) não é exigido para a concessão de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença, quando a incapacidade dos segurados do regime geral de previdência social decorrer de doença profissional ou do trabalho.</p> <p>(C) não é exigido para a concessão de pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-acidente e salário maternidade, para todas as espécies de segurados do regime geral de previdência social.</p> <p>(D) consiste no número mínimo de contribuições que o segurado deve verter ao sistema antes de fazer jus a qualquer benefício previdenciário.</p> <p>(E) consiste no número mínimo de meses comprovados de atividade que quaisquer segurados do regime geral devem possuir para fazer jus aos benefícios previdenciários, independentemente do recolhimento das contribuições respectivas.</p>	<p>55. Trabalhador que contribui por 15 (quinze) anos para o regime geral de previdência social e depois ingressa em cargo público de Juiz de Direito pretende computar aquele período de contribuição ao regime geral para se aposentar perante o regime próprio estadual.</p> <p>Considerando essa situação, é correto afirmar:</p> <p>(A) Sua pretensão não poderá ser atendida, diante da contributividade e da diversidade de regimes previdenciários em nossa Constituição.</p> <p>(B) Sua pretensão deve ser atendida desde que feita compensação financeira entre os diferentes regimes de aposentadoria, mediante pedido de restituição daquelas contribuições pelo segurado, para posterior recolhimento, por ele, ao regime próprio.</p> <p>(C) Sua pretensão deve ser atendida, não sendo devida qualquer compensação financeira entre os diferentes regimes de aposentadoria, já que a Constituição assegura ao trabalhador a contagem recíproca do tempo de contribuição na iniciativa privada e no setor público.</p> <p>(D) Sua pretensão deve ser atendida mediante apresentação, pelo segurado, de certidão de tempo de contribuição para fins de contagem recíproca, cabendo às unidades gestoras dos diferentes regimes de previdência social efetuarem a compensação financeira.</p> <p>(E) Não haverá necessidade de contagem recíproca do tempo de contribuição nem de compensação financeira porque, sendo membro de Poder e não servidor público, Juiz de Direito não se vincula a regime próprio.</p>
<p>53. A respeito dos requisitos para concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, é correto afirmar:</p> <p>(A) Quer no regime geral, quer nos regimes próprios, não há limite mínimo de idade.</p> <p>(B) Nos regimes próprios de previdência social, há limite mínimo de idade de 53 anos para homens e de 48 para mulheres, independentemente da data de filiação dos segurados.</p> <p>(C) No regime geral de previdência social, não há limite mínimo de idade, salvo como regra de transição, aplicável aos segurados que tenham se filiado a tal regime até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20.</p> <p>(D) No regime geral de previdência social, há limite mínimo de idade de 53 anos para homens e de 48 para mulheres, independentemente da data de filiação dos segurados.</p> <p>(E) No regime geral de previdência social, há limite mínimo de idade de 60 anos para homens e de 55 para mulheres, independentemente da data de filiação dos segurados.</p>	<p>56. Quanto à concessão de aposentadoria por regimes próprios de previdência social, é correto afirmar que o texto em vigor da Constituição Federal</p> <p>(A) veda à lei complementar estabelecer quaisquer requisitos e critérios diferenciados entre servidores públicos, sob pena de ofensa à isonomia.</p> <p>(B) admite requisitos e critérios diferenciados quanto a atividades desempenhadas, exclusivamente, sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física do servidor, excluindo, assim, a possibilidade de conversão desses períodos em tempo comum.</p> <p>(C) prevê a redução dos requisitos de idade e de tempo de contribuição ao professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.</p> <p>(D) prevê a redução dos requisitos de idade e de tempo de contribuição ao professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental, médio e universitário.</p> <p>(E) prevê a redução dos requisitos de idade e de tempo de contribuição ao professor que comprove, mesmo que não exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental, médio e universitário.</p>
<p>54. Sobre a comprovação do tempo de contribuição para fins previdenciários, é correto afirmar:</p> <p>(A) Tal comprovação somente pode ser feita mediante prova documental e contemporânea.</p> <p>(B) Admite-se a prova por testemunhos e depoimento pessoal, desde que baseada em início de prova material.</p> <p>(C) Admite-se a prova por testemunhos e depoimento pessoal, independentemente de início de prova material e da ocorrência de força maior ou caso fortuito.</p> <p>(D) Admite-se a prova por testemunhos e depoimento pessoal, desde que baseada em declarações expedidas, ainda que extemporaneamente, por sindicatos, antigos empregadores e autoridades públicas.</p> <p>(E) Admite-se a prova por testemunhos e depoimento pessoal, independentemente de início de prova material, apenas quanto ao exercício de atividade rural.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Controle Externo</b></p> <p>57. Determinado administrador público identificou que um ato administrativo por ele recentemente praticado, que determinava o início de processo licitatório, estava eivado de vício de ilegalidade. Para sanar a ilegalidade, deverá</p> <p>(A) anular o processo licitatório, como forma de expressão de seu poder disciplinar.</p> <p>(B) aguardar a conclusão do processo licitatório, uma vez que, se não for alegada a ilegalidade, o vício será sanado.</p> <p>(C) anular o ato ilegal, como forma de expressão de seu poder de rever seus próprios atos.</p> <p>(D) solicitar à comissão de licitação a revogação do processo licitatório antes da apresentação das propostas.</p> <p>(E) revogar o ato ilegal, ainda que tenha sido iniciado o processo licitatório.</p>



58. O controle do Poder Judiciário sobre os atos administrativos compreende análise dos aspectos de
- (A) moralidade e conveniência.
  - (B) conveniência e eficiência.
  - (C) oportunidade e publicidade.
  - (D) legalidade e mérito.
  - (E) legalidade e moralidade.
59. O controle financeiro dos atos praticados pela Administração Pública é feito pelo
- (A) Tribunal de Contas, exclusivamente, abrangendo o controle de economicidade dos atos.
  - (B) Poder Legislativo, ao qual está afeto o controle de legalidade dos atos, e pelo Tribunal de Contas, ao qual compete o controle de economicidade.
  - (C) Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, excetuado o controle de economicidade, que é competência exclusiva do Poder Judiciário.
  - (D) Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, abrangendo o controle de economicidade.
  - (E) Tribunal de Contas, exclusivamente quanto a legitimidade dos atos, e concorrentemente com os demais Poderes, quanto a economicidade.
60. A competência do Tribunal de Contas para promover o registro dos atos de admissão de pessoal, de acordo com a Constituição do Estado do Piauí, abrange
- (A) a administração direta e indireta, excluídas as fundações.
  - (B) a administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
  - (C) a administração direta e indireta, excluídas, em relação a esta última as nomeações para cargos em comissão.
  - (D) somente a administração direta e as autarquias.
  - (E) a administração direta e indireta, excluídas as empresas públicas e as sociedades de economia mista, que possuem regime jurídico próprio das empresas privadas.
61. Caso identifique irregularidade nas contas ou ilegalidade nas despesas, sem prejuízo das providências administrativas para ressarcimento do erário público, pode o Tribunal de Contas, na forma da lei
- (A) impor sanção diretamente aos responsáveis, excluída penalidade pecuniária, que depende de aprovação do Poder Legislativo.
  - (B) representar à autoridade hierárquica superior para a aplicação de penalidade ao responsável.
  - (C) impor sanção pecuniária diretamente aos responsáveis, diferindo a cobrança para o fim do processo judicial de improbidade.
  - (D) representar ao Presidente do Senado Federal para imposição sanção, administrativa e pecuniária, ao responsável.
  - (E) impor sanção pecuniária diretamente aos responsáveis, independentemente de prévia aprovação do Poder Legislativo.
62. Ao Tribunal de Contas é prevista, no Regimento Interno, a realização de inspeções e auditorias, que são realizadas,
- (A) as inspeções, sempre mediante solicitação do Poder Legislativo, e as auditorias extraordinárias, por ordem do Presidente do Tribunal.
  - (B) ambas, sempre que se identificar a necessidade de apuração extraordinária de atos ou contratos que gerem suspeita de ilegalidade e lesão ao erário público.
  - (C) as inspeções extraordinárias, que demandam apuração em caráter de urgência, mediante proposta de qualquer Conselheiro, do Presidente do Tribunal ou do relator ou do Ministério Público junto ao Tribunal.
  - (D) as inspeções ordinárias, que se prestam a esclarecer aspectos atinentes a atos sob exame do Tribunal, sempre mediante determinação do Conselheiro relator.
  - (E) as auditorias programadas, que se prestam esclarecer situações extraordinárias que tenham sido levadas a conhecimento do Tribunal, mediante representação da autoridade máxima do órgão ou entidade onde os atos foram praticados.
63. O procedimento de tomada de contas incumbe às autoridades de controle interno do órgão, que devem comunicar ao Tribunal de Contas diante de qualquer irregularidade ou ilegalidade nas despesas. Caso a autoridade interna assim não proceda cabe, desde logo,
- (A) reprovar as contas do órgão, abrindo, após, novo prazo para ser iniciado o procedimento pela autoridade responsável.
  - (B) fixar prazo legal para adoção da providência, sob pena de responsabilidade da autoridade responsável.
  - (C) reprovar as contas do órgão e requerer ao Poder Executivo a imediata substituição da autoridade responsável, para início do procedimento.
  - (D) determinar bloqueio de bens da autoridade omissa, instaurando, de ofício, o procedimento, do qual não participarão os órgãos internos do ente fiscalizado.
  - (E) impor multa pela omissão e o bloqueio do repasse de verbas públicas ao ente, enquanto não iniciado o procedimento.
64. Concluído o processo em curso no Tribunal de Contas, a decisão desta Corte que impute ao responsável débito ou multa, nos termos do Regimento Interno,
- (A) tem a eficácia de título executivo e pode ensejar o desconto dos vencimentos de servidor público, nos limites permitidos.
  - (B) tem a eficácia de título executivo, devendo o processo ser remetido ao Poder Legislativo para cobrança.
  - (C) deve ser encaminhada à Procuradoria Judicial do Estado, que providenciará a notificação e cobrança do devedor.
  - (D) torna a dívida líquida e certa, devendo o processo ser remetido ao Poder Legislativo para cobrança administrativa preliminar.
  - (E) pode ser cancelada e o débito anistiado após o decurso de um ano se os custos da execução forçada forem superiores aos do ressarcimento, arquivando-se o processo.



<b>Direito Tributário</b>	<b>Direito Penal</b>
<p>65. O imposto</p> <p>(A) tem fato gerador vinculado a uma prévia atividade estatal.</p> <p>(B) é regulado por competência constitucional comum entre os entes políticos.</p> <p>(C) será extraordinário quando o fato gerador for guerra externa ou sua iminência.</p> <p>(D) nunca terá como hipótese de incidência a fiscalização decorrente do poder de polícia do Estado.</p> <p>(E) nunca terá receita vinculada.</p>	<p>69. Em relação aos crimes culposos, é correto afirmar que</p> <p>(A) é prescindível a previsibilidade do resultado pelo agente.</p> <p>(B) a culpa concorrente da vítima elide a responsabilidade do acusado.</p> <p>(C) a culpa é presumida no caso de infração regulamentar.</p> <p>(D) na culpa inconsciente o agente não prevê o resultado, embora este seja previsível.</p> <p>(E) é admissível a tentativa.</p>
<p>66. Sobre imunidade tributária é correto afirmar, EXCETO</p> <p>(A) só alcança impostos federais.</p> <p>(B) vem prevista na Constituição Federal.</p> <p>(C) equivale à incompetência tributária.</p> <p>(D) não pode ser instituída por lei.</p> <p>(E) difere da isenção, que pressupõe competência do ente para sua concessão.</p>	<p>70. Tentativa perfeita é aquela em que</p> <p>(A) o agente realiza toda a fase de execução e o resultado não ocorre por circunstâncias alheias à sua vontade.</p> <p>(B) o agente desiste de prosseguir na execução.</p> <p>(C) o agente, apesar de realizada toda a fase de execução, impede que o resultado se produza.</p> <p>(D) há interrupção da fase de execução por circunstâncias alheias à vontade do agente.</p> <p>(E) há absoluta impropriedade do objeto.</p>
<p>67. Isenção, anistia e remissão são formas de renúncia de receita de tributária. Sobre elas, é correto afirmar que</p> <p>(A) são causas de extinção do crédito tributário, previstas em lei complementar que se submete aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal e da irretroatividade.</p> <p>(B) podem ser concedidas por lei federal, ainda que para alcançar tributos estaduais, desde que a lei também esteja concedendo o benefício para tributos federais.</p> <p>(C) alcançam apenas os impostos, desde que tenham sido instituídos antes da instituição da lei concessiva do benefício.</p> <p>(D) a isenção e a remissão são causas de extinção do crédito tributário, enquanto a anistia é causa de exclusão, não gerando direito adquirido a sua concessão mediante lei.</p> <p>(E) quando concedidas em caráter específico dependem de despacho da autoridade administrativa competente para concessão, mediante preenchimento de requisitos legais pelo sujeito passivo.</p>	<p>71. Na coação moral irresistível há exclusão da culpabilidade em razão de</p> <p>(A) estado de necessidade.</p> <p>(B) inimputabilidade.</p> <p>(C) não exigibilidade de conduta diversa.</p> <p>(D) impossibilidade de conhecer a ilicitude do fato.</p> <p>(E) erro sobre a ilicitude do fato.</p> <p>72. Aquele que solicita ou recebe dinheiro, a pretexto de influir em juiz, pratica o crime de</p> <p>(A) patrocínio infiel.</p> <p>(B) advocacia administrativa.</p> <p>(C) favorecimento pessoal.</p> <p>(D) condescendência criminosa.</p> <p>(E) exploração de prestígio.</p>
<p>68. Lei estadual que majora alíquota do IPVA é publicada em 30 de dezembro de 2007. Considerando que a apuração do fato impositivo do IPVA se dá em 01 de janeiro, é correto afirmar que esta lei</p> <p>(A) pode entrar em vigor na data de sua aplicação, já incidindo a partir de 01 de janeiro de 2008.</p> <p>(B) tem que entrar em vigor no exercício seguinte de sua publicação e tem eficácia após 90 dias a contar de sua vigência.</p> <p>(C) pode entrar em vigor na data de sua publicação, mas só terá eficácia após 90 dias a contar de sua publicação.</p> <p>(D) tem que entrar em vigor e tem eficácia no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação.</p> <p>(E) pode entrar em vigor na data de sua publicação, desde que a eficácia seja no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua vigência.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Civil</b></p> <p>73. A aplicação de uma norma ou um princípio regulador de um fato jurídico a outro fato jurídico não regulado, mas semelhante àquele, corresponde à aplicação</p> <p>(A) do costume.</p> <p>(B) dos princípios gerais de direito.</p> <p>(C) da analogia.</p> <p>(D) da interpretação extensiva da lei.</p> <p>(E) da equidade.</p> <p>74. Haverá responsabilidade civil objetiva</p> <p>(A) quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.</p> <p>(B) sempre que a lei não exigir expressamente a comprovação de culpa ou o reconhecimento da ilicitude do ato causador do dano.</p> <p>(C) somente quando a lei expressamente dispensar a comprovação de culpa do causador do dano.</p> <p>(D) apenas quando o dano tiver sido causado por servidor público no exercício de suas funções.</p> <p>(E) sempre que o causador do dano for incapaz.</p>



75. Durante a demora que, no estudo, no reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiverem as repartições ou servidores encarregados de estudar e apreciá-la, o prazo prescricional referente às ações contra a Fazenda Pública
- (A) ficará interrompido, desde a entrada do requerimento do titular de direito ou de credor nos livros ou protocolos das repartições públicas.
  - (B) ficará suspenso, desde a entrada do requerimento do titular de direito ou de credor nos livros ou protocolos das repartições públicas.
  - (C) não se suspende, nem se interrompe, porque as instâncias administrativa e judicial são independentes entre si.
  - (D) ficará interrompido, desde o despacho inicial da autoridade competente, determinando a análise do pedido e recomeçará a correr, pela metade do prazo legal, após a decisão administrativa não mais sujeita a recurso.
  - (E) ficará suspenso, desde o despacho inicial da autoridade competente, determinando a análise do pedido e recomeçará a correr, pela metade do prazo legal, após decisão administrativa não mais sujeita a recurso.
76. Considere as seguintes afirmações:
- I. Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado pela dívida toda.
  - II. Na solidariedade ativa, convertendo-se a prestação em perdas e danos, extingue-se, para todos os efeitos, a solidariedade.
  - III. A obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetível de divisão por motivo de ordem econômica, embora naturalmente divisível por natureza.
  - IV. Na cessão por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu, mas não responde, salvo estipulação em contrário, pela solvência do devedor.
  - V. Quando o pagamento for em cotas periódicas, a quitação da última estabelece a presunção absoluta do pagamento das anteriores.
- Estão corretas as afirmações
- (A) I, II e IV.
  - (B) I, III e IV.
  - (C) I, IV e V.
  - (D) II, III e V.
  - (E) III, IV e V.
- Direito Processual Civil**
77. Em recurso de apelação interposto de sentença que extinguiu o processo sem julgamento de mérito
- (A) o tribunal dele não conhecerá se o recorrente não houver interposto embargos de declaração contra a sentença, a fim de prequestionar a legislação aplicável, caso o juiz não a houver indicado.
  - (B) o tribunal em nenhuma hipótese poderá julgar a lide, porque ocorrerá supressão de um grau de jurisdição, vedada por lei.
  - (C) o tribunal não conhecerá da apelação, se o recorrente deixar de sustentar as razões de mérito, as quais serão consideradas preclusas.
  - (D) se o tribunal, por maioria de votos, lhe negar provimento, caberão embargos infringentes.
  - (E) o tribunal pode desde logo julgar a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.
78. A respeito da prova documental, é correto afirmar que
- (A) o documento feito por oficial público incompetente, ainda que não subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probante do documento particular.
  - (B) os extratos digitais de bancos de dados, públicos ou privados, ainda que atestados pelo seu emitente que as informações conferem com o que consta na origem não são admitidos em juízo como prova, salvo se houver prévia e expressa concordância de ambas as partes no processo.
  - (C) não se admite, em nenhuma hipótese, cópia digital de título executivo extrajudicial.
  - (D) fazem, no processo judicial, a mesma prova que os originais as reproduções digitalizadas de qualquer documento, público ou particular, juntadas aos autos pelas repartições públicas em geral, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização, sendo que os originais dos documentos digitalizados deverão ser preservados pelo seu detentor até o final do prazo para a propositura de ação rescisória.
  - (E) os livros comerciais fazem prova contra o seu autor, mas nunca a favor dele.
79. Em mandado de segurança, denegada a ordem,
- (A) poderá o impetrante, em ação própria, pleitear os seus direitos, se a sentença não houver apreciado o mérito do pedido entendendo que não lhe assiste direito algum.
  - (B) em qualquer hipótese, poderá o impetrante, em ação própria, pleitear os seus direitos, porque na ação de mandado de segurança inexiste fase instrutória.
  - (C) por sentença de primeiro grau, caberá agravo de instrumento para o tribunal competente.
  - (D) em primeiro grau e sendo a apelação provida por maioria de votos, caberá o recurso de embargos infringentes.
  - (E) recomeça o curso do prazo decadencial, interrompido com a notificação da autoridade coatora, para impetração de novo mandado de segurança com fundamento diverso.
80. No processo cautelar, o indeferimento da medida não obsta a que a parte intente a ação de conhecimento nem influi no julgamento desta,
- (A) desde que o autor promova a ação de conhecimento no prazo de trinta (30) dias, contado do trânsito em julgado da sentença que julgou a ação cautelar.
  - (B) salvo se o juiz, no processo cautelar, reconhecer a decadência ou a prescrição.
  - (C) exceto se a parte, por inércia, deixou de produzir as provas necessárias à comprovação de seu direito, determinadas pelos juiz.
  - (D) desde que o réu não tenha sido citado na ação cautelar.
  - (E) apenas se a extinção do processo cautelar tenha ocorrido em razão de inépcia da petição inicial.